

* Qual o procedimento de contratação da empresa especializada na realização do concurso :	Licitação () Nenhum () Dispensa () Cotação de preço () Inexibilidade ()
* Tem edital ? :	Sim () Não ()
* Publicidade do edital no DOE :	Sim () Não () Data da publicação : ____ / ____ / ____
* Houve outros meios de publicação ?	Sim () Não ()
* Quais ?	1 - Data da publicação : ____ / ____ / ____ 2 - Data da publicação : ____ / ____ / ____ 3 - Data da publicação : ____ / ____ / ____
* Nº do processo licitatório :	____ / ____ Data do P. Licitatório : ____ / ____ / ____
* Modalidade do P. licitatório :	() Tomada de preços () Concorrência () Convite () Concurso () Leilão () Pregão
* Lista de aprovados p/ ordem de classificação :	Sim () Não ()
* Homologação do concurso :	Sim () Não ()
* Publicação do resultado do concurso :	Sim () Não ()
* Prorrogação da validade do concurso :	Sim () Não ()
* Termo de nomeação / posse :	Sim () Não ()
* Publicação do termo :	Sim () Não ()
* Documentos pessoais atendem os requisitos para cargo :	Sim () Não ()
* Declaração cumulativa de cargos :	Sim () Não ()

ANÁLISE DA SESSÃO TÉCNICA - CCG - TCE-PA	Folhas
Deferimento () Indeferimento () Com cessação de pagamentos () Sem cessação de pagamentos ()	

MANIFESTAÇÃO PRETÉRITA DO MPC	Folhas

ANÁLISE DO GABINETE	Folhas
Deferimento () Indeferimento () Com cessação de pagamentos () Sem cessação de pagamentos ()	
* Multas regimentais :	Sim () Não () Dano ao erário () Infração à norma legal ()
* Inspeção Ordinária :	Sim () Não ()
* Responsabilidade solidária :	Sim () Não () Autoridade administrativa () Contratado ()
* Recomendação :	Sim () Não () Autoridade solicitante : Autoridade autorizadora :
* Legislação Aplicada :	

Protocolo 980722

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ATO Nº 86/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, para exercer o cargo de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102-4:

THAIS MARIA TEIXEIRA COSTA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 15 de junho de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 87/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, para exercer o cargo de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102-4:

TAYSSA TAVARES VASCONCELOS

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 15 de junho de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 95/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 19/2013, de 8/7/2013, publicado no D.O.E. de 9/7/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível superior do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:

REGIÃO ADMINISTRATIVA BELÉM I - BELÉM

I - TÉCNICO - ANALISTA DE SISTEMA - CLASS	CLASS	OBS
MODELAGEM DE SISTEMAS		
LENON JOSE COSTA RAIOL	10	-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 24 de junho de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 97/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Edital nº 19/2013, de 8/7/2013, publicado no D.O.E. de 9/7/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível superior do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994: